

# RESSONÂNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL NAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS: ALGUMAS PERGUNTAS <sup>1</sup>

Ianni Regia Scarcelli

Universidade de São Paulo – Instituto de Psicologia

Neste texto, busco compartilhar e sistematizar um conjunto de indagações que estão no meu horizonte e orientam o encadeamento de ações / reflexões no trabalho que desenvolvo no campo social. Trabalhar neste campo exige desenvolver estratégias para lidar com questões de ordens diversas e diferentes racionalidades; é um trabalho de delimitações no qual se busca identificar convergências, diferenças e antagonismos e localizá-los em um sistema de representações a partir do qual são construídas compreensões, ou hipóteses interpretativas provisórias, passíveis de ratificação e retificação (SCARCELLI, 2017).

Entendendo que desemprego, miséria e desigualdades sociais ainda se expressam como as principais manifestações da questão social na sociedade contemporânea, a discussão se dará no sentido de sublinhar uma das dimensões desse problema que tende à invisibilidade e que se refere aos modos de produção de subjetividades e da expressão do sofrimento humano em seus diferentes matizes. Essa escolha se dá por entender que questões dessa natureza estão presentes em diferentes tipos de debates, mas, mais como constatação desses problemas emergentes e menos como compreensão deles como parte constituinte e determinante do contexto social. Sendo assim, indago se subjetividades que estariam sendo produzidas na contemporaneidade e se questões dessa ordem não deveriam sempre estar no horizonte das discussões ligadas à questão social; e, do mesmo modo, se não haveríamos de nos indagar sobre como essas novas subjetividades realimentam as desigualdades e o que dela decorrem.

A formulação do conjunto de indagações apresentadas é sustentada na articulação de duas vertentes de discussão: apresentação de algumas concepções teóricas oriundas, principalmente, da Psicologia Social da Práxis (KAZI, 2006) de Enrique Pichon-Rivière; apresentação de um caso ligado à experiência de um programa de extensão universitária que congrega ensino-pesquisa-extensão para alunos de graduação da Universidade de São Paulo (GUEDES et al, 2009).

## ALGUMAS PERGUNTAS

---

<sup>1</sup> Parte das reflexões apresentadas são oriundas de minha Tese de Livre-Docência “Psicologia Social e Políticas Públicas: pontes e interfaces no campo da saúde”, defendida em 2016 e publicada em formato de livro.

As principais manifestações da questão social na sociedade capitalista contemporânea ainda são desemprego, miséria e desigualdades sociais. No contexto das contradições inerentes a esse sistema de produção, mudam-se conceitos e teorias, mas a pobreza continua mais ou menos a mesma (MARTINS, 1997).

Do ponto de vista do discurso e pensamento hegemônico, existe o empenho de mostrar uma imagem de harmonia e integração e de naturalizar as desigualdades e conflitos sociais nessa sociedade. Assim, o atendimento às manifestações da questão social deixa de se apresentar como parte da luta de classes e transforma-se em problemas de integração deficiente, não reconhecimento das diferenças, falta de solidariedade social, fragilidade do laço social, crise de valores, entre outras manifestações (PASTORINI, 2004).

Quando tais questões são associadas ao debate da exclusão social, sobressaem-se as ideias de crise do liame social, desqualificação social ou afrouxamento dos vínculos sociais que se manifestam nas esferas da vida como trabalho, família, vizinhança e escola (PAUGAM, 1999) fundadas em conceitos oriundos de diferentes matrizes sociológicas e psicológicas.

Apesar da relevâncias de questões dessa natureza, muitas vezes elas são abordadas de modo limitado, restringindo-se à constatação de problemas atuais que têm vindo à tona, principalmente a partir da crise econômica mundial da década de 1970 com a emergência da angústia e do medo que grandes parcelas da população passaram a ter de cair na espiral da precariedade, diante do desmoronamento do mundo do trabalho. Contudo, o medo de perder o que garante a vida, os vínculos sociais, a identidade e, do mesmo modo, a angústia de ser desqualificado, de ser uma possível vítima da violência, não me parece ser fato novo, mas provavelmente não atingia a dimensão que hoje tomou. Talvez essa seja a novidade.

Discursos de diferentes ordens denunciam esse tipo de problemática que tem estado na pauta também de estudiosos das áreas *psi*. No decurso das várias outras crises econômicas mundiais que se seguiram, com a tendência ao desaparecimento dos Estados Nacionais, a fragmentação da política se evidencia e junto com ela o retorno de ódios étnicos, religiosos, de gênero, em meio a tantos outros. Ao considerar as interações entre o político, o social, o econômico, os meios de comunicação de massa, o religioso, o cotidiano, Fernandes (1994) indaga se os modos de produção alcançariam um tipo de controle sobre a subjetivação além de funcionarem no registro de valores de troca. Se assim for, pelo eixo da sociedade capitalista passaria uma tomada de poder sobre a subjetividade e como consequência dessa submissão decorreria o estreitamento do campo simbólico.

Como diante de questões e situações assim não indagar sobre essas influências na produção de subjetividades?

Com isso podemos refletir as subjetividades que estariam sendo produzidas na contemporaneidade e se questões dessa ordem não deveriam sempre estar no horizonte das discussões ligadas à questão social. E pensando no sentido inverso, podemos também indagar sobre como essas novas subjetividades realimentam as desigualdades e o que dela decorrem.

Entendo que essa é uma tarefa que não podemos nos furtar e que a busca de compreensão se dá sempre em dupla direção. O que podem os saberes *psi*? Que perspectivas de compreensão esses saberes podem trazer para iluminar um pouco esses problemas que nos afligem? Como tal estado de coisa se expressa nas nossas práticas, particularmente nas práticas psicológicas?

São perguntas e propósitos bastante ambiciosos e impossíveis de serem discutidos suficientemente nesse breve ensaio. Contudo, eles indicam questões de ordem ontológica, epistemológica e metodológica que podem estar nos nossos horizontes, por isso me limito à compartilhar de modo sistematizado às perguntas que estão no horizonte trabalho que tenho desenvolvido.

Nesta trajetória profissional, este trabalho se inscreve nos campos da ‘psicologia social’, ‘políticas públicas’ e ‘saúde’ e é um modo de manifestar minhas preocupações que se ligam a questão social e produção de subjetividade. Posto isso, explico a seguir algumas noções que estão na base desta reflexão e na compreensão do caso que permite a sistematização de indagações que compartilho e que abrem o debate sobre a pertinência dessas perguntas no âmbito das práticas psicológicas e do trabalho nas instituições.

## ALGUMAS CONCEPÇÕES E REFERÊNCIAS

É importante esclarecer que pensar subjetividade como produção nos remete a compreendê-la como emergência histórica de processos em permanente processo de transformação e de pluralidade de constituição (FERREIRA NETO, 2004).

Na perspectiva da psicologia social da práxis, formulada por Enrique Pichon-Rivière, o homem é apresentado como sistema aberto e incompleto, cuja subjetividade é construída socialmente por seres contextualizados e históricos, constantemente imersos em uma trama vincular (OLIVEIRA, 2008). É um sujeito descentrado, intersubjetivo, que se produz no encontro e no desencontro com o outro. É sujeito histórico, situado e sitiado. Sua subjetividade é configurada em espaço e momento histórico social que lhe oferecem um universo de possibilidades e, ao mesmo tempo, um estreitamento das possibilidades de representação simbólica (ADAMSON, 2000).

Em uma sociedade concebida como universo de infinitas significações, Adamson (2000) nos lembra que Pichon distinguiu três âmbitos interdependentes, compreendidos como

mediadores da macroestrutura social na constituição da subjetividade, que permitem visualizar cenários nos quais o processo de socialização se institucionaliza e as tramas vinculares se produzem. Os âmbitos psicossocial, sociodinâmico e institucional possibilitam a compreensão de distintas lógicas, metodologias, técnicas e diferentes dispositivos de intervenção.

Conforme esclarece Pichon-Rivière (1982), a investigação **psicossocial** analisa a parte do sujeito que se expressa para fora, que se dirige aos diferentes membros que o rodeiam; o estudo **sociodinâmico** analisa as diversas tensões existentes entre todos os membros que configuram a estrutura do grupo familiar dentro do qual a pessoa atendida está incluída; a análise **institucional** consiste na investigação dos grandes grupos: sua estrutura, origem, composição, história, economia, política, ideologia, etc.

A partir do esquema conceitual pichoniano, é possível desenvolver um tipo de leitura dos problemas sociais emergentes no processo de trabalho, considerando seus aspectos subjetivos, baseando-se nessa perspectiva multidimensional. As três direções propostas pelo autor em sua análise de grupo, se consideradas como recorte metodológico, possibilitam um olhar sobre essas dimensões que se intercomunicam e se expandem para outras dimensões, exigindo em muitos momentos a necessidade de burlar limites e sair de categorizações.

Essas três dimensões referem-se ao instrumento de investigação – mais conhecido como técnica de intervenção – denominado grupo operativo. O ponto de partida das investigações sobre os grupos operativos se deu para Pichon (2005), como ele próprio relata, em uma experiência de trabalho na comunidade, que se efetivou pelo emprego de certas técnicas, com o propósito da aplicação de uma didática interdisciplinar e utilização de métodos de investigação da ação. Essa compreensão propiciou avançar os limites, muitas vezes rígidos, que definem procedimentos e aplicação de técnicas em pesquisa científica.

Assim, entendo que se o grupo operativo pode ser aplicado na atenção psicossocial ao ensino, na constituição de grupos de elaboração de aprendizagem, ele pode também oferecer subsídios valiosos para práticas de natureza diversas e para compreensão de problemas no campo social. Neste caso, trata-se de desenvolver um modo de olhar, não lhe cabendo fazer interpretações nos mesmos moldes do enquadre estabelecido quando se coordena um grupo com a técnica operativa. Ou seja, ter o grupo operativo como instrumento de investigação significa lançar mão de um conjunto de conceitos que orienta o olhar do investigador quando este examina situações que não se restringem a um campo específico. As três direções propostas, como recortes metodológicos não podem ser separadas; são guias para direcionar o olhar, organizar o pensamento e planificar uma ação; é um modo de se ter acesso ao conjunto de informações coletadas no exterior, mas que dizem respeito também ao interior do sujeito. Os

três níveis se complementam e estão numa relação de dependência recíproca, sendo impossível interpretar os dados recolhidos em um nível sem apelar para aqueles que foram obtidos nos outros.

Na perspectiva institucional, a investigação pode se dar desde as normas, os valores e a história, partes do sistema de representações de um pequeno grupo (o familiar, por exemplo) ou instituição/organização na qual esse grupo se localiza, até aos grandes grupos, que podem ser entendidos como toda uma sociedade.

Enfim, a partir da perspectiva que orienta estas reflexões, a realidade social e psíquica é compreendida como uma totalidade em constante movimento de mudança, na qual tudo tem a ver com tudo; suas características são de interdependência, impermanência e transformação. Viver não é apenas fazer parte dessa realidade, mas ser essa realidade interdependente, impermanente e transformadora. Como seres históricos, a continuidade se mantém pela memória, pela consciência dos fatos, pela transmissão entre gerações.

## O CASO<sup>2</sup>

Trata-se do projeto Bandeira Científica, vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo. Envolve estudantes e docentes de diversos cursos (medicina, psicologia, nutrição, odontologia, agronomia, engenharia, jornalismo, entre outros); organiza uma Expedição Anual com duração de dez dias e Programa de Desenvolvimento Sustentável em Saúde com objetivo de desenvolver ações de promoção, proteção e recuperação de saúde em municípios e/ou comunidades de pequeno/médio porte, que carecem de recursos necessários para desenvolvimento de políticas públicas na área de saúde.

Vou me valer de uma situação que considero ilustrativa para uma reflexão didática sobre as três direções, propostas por Pichon-Rivière, na análise de uma prática. Ocorreu em 2007, no interior do Maranhão, com envolvimento de estudantes de graduação em psicologia em uma atividade de atenção à saúde desenvolvida em um dos postos de atendimento instalados provisoriamente, na pequena cidade, pela equipe coordenadora do projeto Bandeira.

Importante esclarecer que além dos atendimentos de saúde, que englobavam intervenções clínicas como interconsultas, atendimentos individuais ou em grupo e visitas domiciliares, estavam previstas atividades para o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória a partir de

---

<sup>2</sup> O caso foi apresentado pela primeira vez no trabalho intitulado “Ensino, Pesquisa e Extensão na Formação em Psicologia: a experiência na Bandeira Científica”, que está publicado na Revista Transformações em Psicologia (Cf. Guedes et al, 2009)

entrevistas com usuários dos serviços de saúde atendidos pelo Projeto de Extensão e com referências comunitárias, identificadas a partir da técnica metodológica *snowball*. Também estava programada a apresentação das informações sistematizadas para a comunidade, incluindo as lideranças entrevistadas e gestores do sistema de saúde, e a discussão dos dados compilados e analisados.

Durante a Expedição, que durou dez dias, a equipe composta por dez estudantes e duas supervisoras se reunia diariamente e registrava suas impressões em diários de campo individuais. Nas atividades de campo, a equipe se dividia em três pequenos grupos; um deles fazia entrevistas com as lideranças, os demais iam para dois postos de atendimento. Nesses postos, as consultas já haviam sido previamente agendadas por agentes da secretaria municipal de saúde. As pessoas com horários agendados passavam por uma triagem e eram em seguida atendidas por estudantes de medicina. Os graduandos de psicologia ficavam disponíveis nos postos para conversarem com estudantes e supervisores das outras áreas; nesses encontros avaliavam a necessidade de realizar atendimento individual ou interconsulta. Um dos estudantes ficava responsável por entrevistar os usuários de saúde, conforme o objetivo do projeto.

No posto de atendimento em questão, os estudantes de psicologia fizeram atendimentos com algumas mulheres que diziam que seus filhos eram surdos e mudos. Em um desses atendimentos, a mulher estava com uma criança agarrada em seu colo como um bebê, apesar de ela ter quatro anos de idade. Essa criança olhava para a estudante com curiosidade e escondia seu rosto nos seios da mãe. Ao perguntar à criança qual seu nome, a mãe afirmou à estudante que seu filho era surdo e mudo. Em um determinado momento, a aluna astutamente perguntou à criança se ele estava entendendo o que estava sendo dito, ao que imediatamente a criança riu, corou e rapidamente balançou negativamente a cabeça, procurando se esconder no colo da mãe.

Considerando esses casos de suposta mudez, os estudantes prosseguiram numa investigação clínica a respeito de queixas ligadas às dificuldades motora e ao desenvolvimento da fala que resultou na constatação de que não havia qualquer tipo de lesão ou insuficiência orgânica. Com essa informação, foi levantada uma hipótese que relacionava o problema da 'mudez' a um vínculo familiar que posicionava a criança na condição de bebê, já que na maioria dos casos constatou-se a criança ocupando lugar de principal objeto de afeto da mãe e vice-versa, em um vínculo aparentemente simbiótico. Ao continuar a investigação, ainda centrada na análise da trama vincular, direção sociodinâmica, outra hipótese se encaminhava: o crescimento do filho parecia ser sentido pela mãe como algo ameaçador, como uma forma de abandono. Algumas dessas crianças eram cuidadas como se fossem ainda bebês, ficando

atreladas ao colo da mãe, que não cessava de oferecer o peito para que mamassem; outras eram, ao contrário, negligenciadas, tratadas como pequenos adultos e, portanto, desprovidas do cuidado materno. Considerando o curto espaço de tempo para qualquer intervenção, o trabalho encaminhou-se no sentido de refletir com as mães sobre a possibilidade de outros cuidadores se incluírem nessa relação diádica, de modo a exercer a função de triangulação e de criação de espaços de distanciamento progressivo entre mãe e bebê.

Até aqui o trabalho desenvolveu-se em uma linha de investigação referida ao desenvolvimento da criança situado no contexto familiar, no qual se destacam as dimensões psicossocial e sociodinâmica. Mas outros aspectos observados, como a disparidade das duas posições que se apresentavam para a criança, serem cuidadas como bebês de colo ou como pequenos adultos independentes, encaminharam a reflexão para a terceira dimensão de análise, colocando em questão qual o lugar possível para a infância na realidade daquele município.

Parecia indispensável conhecer a forma como a criança e seus cuidadores viviam: a casa e sua organização, a renda familiar e o cotidiano. A contextualização auxiliava na compreensão do sentido da queixa apresentada por cada família. Em alguns casos, supunha-se haver um ganho secundário proporcionado pela queixa, dado que os familiares traziam as crianças pedindo um laudo médico de invalidez, o que garantiria uma renda a mais. Esse pedido tornava-se ainda mais significativo considerando que a maioria dos moradores do município recebia, como única fonte de renda, benefícios oriundos de projetos sociais governamentais, por exemplo, a 'bolsa família', entre outros.

Aspectos da política pública local e nacional conjugados às condições nas quais a cidade havia se organizado pareciam integrar os determinantes de tramas vinculares daqueles grupos familiares. Constatou-se que parte das famílias constituídas por pai, mãe e filhos pequenos ficavam restritas à mãe e aos filhos nas épocas em que os homens saíam da cidade, localizada em área de sertão, para trabalharem na pesca. As mulheres ficavam literalmente com todo o cuidado da casa e dos filhos e precisavam 'se virar' diante da precariedade da vida e das responsabilidades que lhes eram atribuídas.

Podemos supor que o lidar com as crianças como se fossem adultas refere-se ao peso de terem que dar conta de situações de forma solitária, que exigiam responsabilidade e muitos desgastes; se os filhos fossem independentes, diminuiria a sobrecarga da vida. No caso das crianças tratadas como bebês, podemos conjecturar que as fantasias subjacentes ao medo da perda e do ataque, ligadas ao abandono e à perda da função materna, dizem respeito à história daquelas mães e ao modo como na família se estabelecia o jogo de adjudicação e assunção de papéis. Mas essas fantasias, que alimentam e são alimentadas por aspectos do mundo externo,

estavam fundadas em situações que colocavam realmente em perigo a própria existência: o medo de perder o principal objeto de afeto e, com ele, os benefícios assistenciais que o mantinham. A fantasia de que tais benefícios ligados à condição de dependência do filho era a única garantia de sobrevivência do objeto de afeto poderia se constituir em fato real. Enfim, são hipóteses acerca dos aspectos sociais que alimentavam as tramas vinculares dessas famílias e a constituição subjetiva de seus membros; mas elas trazem questões que merecem ser investigadas quando estamos nos campos *psi* e das políticas públicas.

A análise até agora se ateve aos possíveis aspectos singulares de uma ou outra família. Mas analisando os possíveis significados da semelhança entre as histórias desses grupos familiares, considerando também as informações obtidas no trabalho realizado pelos alunos de caracterização da cidade, através das entrevistas com as referências comunitárias e do contato com a realidade social, histórica, política e econômica da cidade, e retomando as queixas que associavam as crianças como surdas-mudas, levantou-se a hipótese de que, naquela cidade, deveria existir outros tipos de silenciamentos para além desses que as crianças manifestavam.

Para formular hipóteses nessa direção, a criança foi compreendida como porta-voz (PICHON, 2005), ou seja, aquele membro do grupo que conjuga verticalidade e horizontalidade, que denuncia o acontecer grupal, o conjunto de fantasias inconscientes, as ansiedades e as necessidades da totalidade do grupo. Nessa direção, a mudez das crianças parecia ser representativa de um modo de vida carregado de penúrias de todos os tipos. Nas entrevistas realizadas pelos estudantes, as respostas, em sua maioria, eram evasivas ou se fechavam com um único monossílabo. Muitos dos entrevistados indicados por serem referências na comunidade, mostraram-se surpresos, sem saber ao certo o que dizer. Havia uma atmosfera de tensão e medo durante as entrevistas. Aqueles que ousavam falar um pouco mais a respeito do município, solicitavam que o conteúdo ficasse em segredo. Outros insistiam em acompanhar as entrevistas ou ‘apareciam de surpresa’ nos encontros marcados com as referências comunitárias por eles indicadas.

Com isso, a mudez parecia ser também política, como disse uma das pessoas entrevistadas; fato este que pode ser relacionado à herança autoritária e violenta presente na história daquela cidade e em outras partes do país. Duas frases enunciadas por pessoas diferentes em momentos e situações distintos foram o segundo motivo de surpresa, depois da constatação de que as crianças ‘surdas-mudas’ ouviam e falavam. Sem saber desse fato, disseram os entrevistados: “o problema é que os moradores da cidade são como sapo: vão morrer inchados e de boca fechada”; “esta cidade é surda e muda” (GUEDES et al, 2009).



Do ponto de vista social, as precárias condições de vida constatadas na cidade, associadas ao medo que se manifesta pelo silenciamento, nos remetem a reflexões sobre a desigualdade social e a pobreza. A abordagem feita por Demo (1996) em relação a essa questão é pertinente no contexto dessa discussão. Habitualmente a pobreza é encarada no plano do ter, da posse material e da falta, mas o que pouco se discute é que a dinâmica da pobreza avança também na esfera do ser, e isso o autor vai nomear de pobreza política. A impossibilidade de crítica, de consciência da própria pobreza e de participação como cidadão, que requer envolvimento e implicação emocional, aparece como decorrente dessa pobreza maior. Em última instância, a pobreza política seria a ausência de voz e crítica de uma história construída por um sujeito que se torna objeto, destituído de ser.

Mas se olharmos para esse conjunto de informações coletadas no trabalho de campo dos estudantes, buscando compreender o que elas dizem a respeito do interior do sujeito com seu duplo *status*, como indivíduo e como membro de uma cadeia à qual está submetido, e que tem parte do seu funcionamento psíquico cumprido pelos outros, pelos grupos e pela instituição (KAËS, 1997), é possível compreender que tanto a mudez expressada pelas crianças quanto os silenciamentos nas entrevistas pertencem a uma mesma cadeia que atravessa os âmbitos psicossocial, sociodinâmico e institucional. O adoecimento das crianças, por exemplo, fica limitado se considerado de uma forma meramente vertical, apenas em relação às histórias pessoais dos sujeitos.

Isso nos encaminha a pensar a respeito dos efeitos das políticas públicas sobre o psiquismo e também refletir sobre os tipos de prática interventiva a serem dimensionadas no âmbito das instituições/organização. Na situação relatada, é certo que as crianças e seus familiares necessitavam de algum tipo de atenção por parte dos serviços de saúde. No entanto, a compreensão do problema no contexto da cidade exige outros tipos de ação para além de atendimentos específicos na área da saúde e para uma dimensão mais ampla das políticas públicas em geral (GUEDES et al, 2009).

Casos como esses podem ser cuidados adequadamente pelas equipes de saúde, trazendo algum tipo de alívio para a família, encaminhando-se ações que possam contribuir na ruptura do estancamento da aprendizagem, que recai principalmente sobre as crianças. Mas se estamos trabalhando com a hipótese de essas crianças e seus familiares serem porta-vozes de fantasias inconscientes obstaculizadoras, que transcendem os limites do pequeno grupo, podemos supor que cuidar dos casos emergentes não é suficiente para debelar o problema do ponto de vista de sua expressão institucional (nos serviços de saúde) e social (no âmbito da cidade e do país); o

que nos leva a refletir sobre as políticas públicas, suas diretrizes e as práticas delas oriundas. Outras crianças aparentemente ‘surdas-mudas’ voltariam a procurar os serviços.

Se pensarmos que outras situações com dinâmica semelhantes chegam como pedido de ajuda nos serviços de saúde em uma pequena cidade, mas também para muito além de seus limites; se considerarmos que nossos instrumentos de trabalho nem sempre são manejados ou são adequados de modo a oferecer o cuidado necessário àqueles que procuram atendimento; se entendermos ainda que a equipe de trabalho em uma unidade de serviço é passível dos estancamentos da aprendizagem emergentes por fantasias que são alimentadas pela mesma cadeia de representações conscientes e inconscientes do grupos atendidos por ela; então são muitos os obstáculos epistemológicos e epistemofílicos (PICHON-RIVIÈRE, 2005) com os quais nos deparamos.

Em relação à concretude das práticas assistenciais, o que podem nos dizer, por exemplo, as grandes filas de espera em serviços de saúde mental? O que podem nos dizer as pessoas atendidas nesses serviços, vinculadas por muitos anos na condição de ‘doente mental’ ou ‘usuária do serviço’? E o conjunto de demandas reprimidas das unidades de saúde de maneira geral, seria somente de demandas reprimidas ou uma parte delas seria porta-voz dos silenciamentos que não podem se manifestar?

Isso nos leva, inclusive, a refletir sobre a questão do financiamento das políticas públicas. Apesar da necessidade inquestionável da regulamentação de emendas constitucionais que garantam o repasse de recursos para o desenvolvimento de políticas sociais, como as de saúde, entre outras, problemas como esses manifestados pelas crianças não serão debelados com aumentos de investimentos específicos à saúde ou à saúde mental. Questões dessa natureza dizem respeito também à integralidade de ações e necessitam ser mais bem investigadas. Caso tais demandas não forem compreendidas como fenômenos interdependentes de uma totalidade em constante mudança, dificilmente haverá avanços significativos das políticas e práticas nos planos institucional e social.

## TECENDO A PARTIR DE QUATRO ÂMBITOS E TRÊS DIREÇÕES

As três direções de análise na investigação social – psicossocial, sociodinâmica e psicossocial – perpassam a elaboração e o levantamento de questões trazidos neste trabalho. Aspectos ligados à dimensão psicossocial e sociodinâmica parecem ser mais familiares na condução do trabalho e das práticas psi. Quando se trata de compreender os grandes grupos, no que se refere à política, à economia, à política, isso nos exige um diálogo mais íntimo com

outras áreas do conhecimento. Frequentemente, a direção institucional no desenvolvimento de práticas acaba sendo reduzida aos aspectos organizacionais, à instituição como organização.

A situação apresentada anteriormente leva a refletir sobre questões e dimensões de diversas ordens, com base em distintas áreas do conhecimento. São dimensões que podem ser referidas ao entendimento da estrutura dos grandes grupos ou à investigação institucional. A experiência relatada toca, por exemplo, em aspectos que remetem à nossa herança histórica e ao momento atual que envolvem aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais do Brasil. Tais aspectos são importantes tanto no manejo de grupos quanto na atitude investigativa que tem a abordagem operativa de grupo como referência teórica, principalmente se o objeto de interesse se encontra nas políticas públicas, diretrizes políticas e práticas decorrentes.

Importante ressaltar que a psicologia social formulada por Pichon-Rivière está inscrita em uma crítica da vida cotidiana, porque aborda o sujeito imerso em suas relações sociais, nas condições concretas de existência, ou seja, aos modos de produção e reprodução da existência material, de inserção dos sujeitos no processo produtivo. Mas na cotidianidade os fatos são aceitos de forma naturalizada, autoevidente sem ao menos serem questionados ou verificados, pois eles são significados como o real por excelência. O sistema de representações sociais (ideologias) encobre e distorce o cotidiano enquanto oculta a essência da vida cotidiana, segundo interesses dos setores hegemônicos da sociedade; as ideologias têm caráter de classe social (PICHON-RIVIÉRE & QUIROGA, 2010).

Sendo assim, pergunto se a reflexão psicológica não deveria incluir indagações frente a complexidade das relações que determinam as tramas vinculares e constituição subjetiva, e são por elas determinadas. Se não escapamos às ‘verdades indiscutíveis’ do cotidiano, a indagação como um método não permitiria colocar em questão conhecimentos, entendendo-os em um movimento de construção contínua, buscando romper estereotípias, cristalizações ou a burocratização. No caso das pesquisas e práticas no campo da saúde e de políticas públicas de maneira geral tem sido frequente a apropriação de leis, diretrizes, programas, como algo naturalizado, o que produz distorções e ideologização no campo das práticas e da produção de conhecimento.

Nesse movimento, o próprio ato de interrogar exige um método. Identificar problemas, delimitar dimensões ou realizar outros tipos de discernimento diante dessa realidade é uma tarefa árdua, também complexa. Assim, tenho lançado mão de um outro recorte para subsidiar a formulação de perguntas, problemas e compreensões acerca dos grandes grupos, da dimensão institucional, quando estamos no campo das políticas e práticas. Formulações que possam estar disponíveis tanto no manejo da técnica, em que as interpretações são construídas no ‘aqui e

agora', quanto naquelas que não se referem necessariamente à utilização da técnica e são elaboradas a posteriori. Tenho utilizado quatro âmbitos (SCARCELLI, 2017):

- Político-jurídico: indaga sobre leis, diretrizes políticas, programas governamentais e não-governamentais decorrentes dessas políticas e seus aspectos legais, normas, prescrições, entre outros.
- Social-cultural: indaga sobre grupos e sujeitos, suas necessidades e demandas no contexto de proposição, implantação e implementação de políticas e práticas;
- Teórico-conceitual: indaga sobre fundamentos teóricos e filosóficos, sobre concepções que sustentam práticas, programas, diretrizes políticas, leis, etc.
- Técnico-assistencial: indaga sobre os modos de criação, implantação, implementação e desenvolvimentos de práticas de programas, diretrizes políticas e lei.

Esses âmbitos são também um recorte metodológico e, sendo assim, não podem ser entendidos separadamente. Tal como as três direções de investigação elaboradas por Pichon, pergunto se esses âmbitos não poderiam ser utilizados como subsídios para a organização do pensamento, o direcionamento do olhar e a planificação da ação; como possibilidade agregar conhecimentos sobre os fenômenos numa perspectiva pluridimensional e interdisciplinar.

As perguntas associadas a esses âmbitos subsidiam o ato de colocar sob suspeita a autoevidência do cotidiano e a naturalização do instituído. O profissional que lança mão da técnica operativa para realizar uma oficina ou um grupo de elaboração de aprendizagem, por exemplo, deve construir hipóteses interpretativas a partir da emergência de fantasias inconscientes. Minha hipótese é de que se esse profissional tiver uma compreensão que vá além do que ocorre e constitui a instituição/organização na qual a intervenção se realiza – por exemplo, reconhecendo questões, concepções, funcionamento, etc., referentes à dinâmica institucional que vai do gabinete do secretário ou do ministro à unidade de saúde local – ele terá mais possibilidade de discriminar as sutilezas das ideologias que as alimentam e por elas se reproduzem.

Esse conhecimento, construído a partir das perguntas ligadas a esses âmbitos, também poderia trazer subsídios à coordenação de programas e gestão, se considerarmos as relações estereotipadas que frequentemente se instalam nas instituições/organização, originadas em processos de burocratização.

Outro modo possível de entender os âmbitos é como recurso didático e de estudo. Diante das tendências de compreensão fragmentadas da realidade, fruto, entre outras, de uma herança

advinda do conhecimento concebido e produzido na lógica das disciplinas, as questões que emergem a partir das indagações articuladas a essas dimensões, podem se estabelecer como um roteiro de estudo. Ou seja, muitas perguntas ao serem formuladas podem ser estudadas a partir de conhecimentos teóricos estabelecidos que, certamente, não estarão restritos a apenas uma área de estudo. São perguntas que têm orientado um modo de transitar pela filosofia, sociologia, antropologia, geografia, administração, etc., e pelas diferentes abordagens e áreas presentes no próprio campo de saúde ou de outra política setorial (educação, assistência social, moradia, cultura, etc.). Além disso, são perguntas que inevitavelmente levam a indagações sobre sujeitos e subjetividades, sempre envolvidas em qualquer fenômeno social, mesmo no caso da elaboração de leis e definições de ordem econômico-financeira. O recorte dos âmbitos, como roteiro de estudos, por estar referido a um eixo articulador bem delimitado, permite esse trânsito entre áreas evitando o ecletismo; talvez nos aproxime do que Pichon denominou epistemologia convergente ou interciência, o estudo do homem-em-situação (PICHON-RIVIÈRE, 2005).

Em outros termos, político-jurídico, social-cultural, teórico-conceitual e técnico-assistencial, assim registrados com o hífen, são quatro âmbitos entendidos como recorte metodológico que indaga se não trazem subsídios para a compreensão de políticas públicas e práticas delas derivadas. Quando se tem os pressupostos da psicologia social da práxis, histórica e concreta de Enrique Pichon-Rivière esses âmbitos podem ampliar as possibilidades de compreensão na investigação da direção institucional. Entendo-os como um recurso que subsidia a investigação no campo social, oferece pistas para organizar o pensamento, direcionar as observações e planificar a ação; orienta a elaboração de roteiros de estudo de perspectiva pluridimensional e interdisciplinar; possibilita o deslocamento do olhar de um objeto específico, nos momentos em que há obstaculização do pensamento e da ação.

Por ser um recorte metodológico que ampara o olhar diante de fenômenos de totalidade em que tudo tem a ver com tudo, não há uma delimitação fixa ou separação clara entre os âmbitos, que podem ser compreendidos como a amplitude ou extensão de um fenômeno estudado. A utilização do hífen entre os termos justapostos remete à singularidade das manifestações do humano que são o todo em um contínuo que se desconecta pelo pensamento e se mantém pela experiência.

## FINALIZANDO

Como já apontado inicialmente, o intuito neste trabalho é sistematizar um conjunto de questões que problematizam o trabalho quando estamos no campo social, que considera e procura dar visibilidade à dimensão subjetiva nos debates que incluem a questão social na

sociedade contemporânea em seus diferentes âmbitos, inclusive o das práticas psicológicas e do trabalho nas instituições.

Embora as ideias e questões colocadas aqui estejam ainda em elaboração e necessitam ser muito debatidas, polemizadas, ampliadas e/ou referendadas, elas vêm sendo construídas nas salas de aulas com alunos de graduação e pós-graduação e com profissionais no contexto do trabalho em saúde, desde 2006.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAMSON, Gladys. **O ECRO de Pichon-Rivière**. 2000. Disponível em: <http://www.interpsic.com.br/saladeleitura/EcroPichon.html>. Acesso em : 18/05/2015.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FERREIRA NETO, João Leite. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, 16(1):111-120, jan.-jul. 2004.

GUEDES, Carina Ferreira et al. Ensino, Pesquisa e Extensão na Formação em Psicologia: a experiência na Bandeira Científica. In: **Transformações em Psicologia**, v.2, n.2, 2009, pp. 32-50. Disponível em :

[http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/Revista\\_Transformacoes/Vol2\\_n1\\_rev\\_transformacoes.pdf](http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/Revista_Transformacoes/Vol2_n1_rev_transformacoes.pdf). Acesso em 6/2009

KAËS, René. **O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KAZI, Gregorio. **Hacia una psicologia social histórica : cartografias críticas**. 1a Edição. Buenos Aires : Asoc. Madres de Plaza de Mayo, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Eloisa da Silva G. Paulo Freire e Pichon-Rivière : aproximações conceituais em torno da educação e da Psicologia. **Revista Vozes em Diálogo (CEH/UERJ)** - n°2, jul-dez/2008. Disponível em : <file:///C:/Users/Ianni/Downloads/925-3559-1-PB.pdf>. Acesso em 24/05/2016.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria ‘questão social’ em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, S. **Abordagem Sociológica da Exclusão**. In: VÉRAS, M.P.B. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique; QUIROGA, Ana Pampliega de. **Psicologia de la vida cotidiana**. 1a Edição/17a Reimpressão. Buenos Aires : Nueva Visión, 2010.

PICHON-RIVIÈRE **O Processo Grupal**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do Vínculo**. 1a. Edição. São Paulo : Martins Fontes, 1982.

SCARCELLI, I.R. **Psicologia Social e Políticas Públicas : pontes e interfaces no campo da saúde**. São Paulo : Zagodoni, 2017.